

Brasil tende a evocar a dor do negro em vez de lembrar a luta, diz antropóloga

Para Jamile Borges, recuperar protagonismo de negros é essencial para reinventar a história escrita pelos vencedores

[\(Folha de S.Paulo, 13/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Para a professora Jamile Borges, o 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial contada a partir da perspectiva dos vencedores, a oligarquia e a classe média brancas, que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição, enquanto o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, é uma conquista das populações ex-escravizadas, dos libertos.

No Brasil, segundo ela, que estudou o comportamento de frequentadores de museus dedicados à diáspora negra no país e nos Estados Unidos, ao lidar com a memória da escravidão há uma tendência a se fazer a musealização da dor, em vez de evocar a resistência.

Mas isso está mudando, e o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras está sendo recuperado. Apostar nisso, para ela, “é pensar em recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo”.



A pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Jamile Borges (Foto: Raul Spinassé/Folhapress)

Borges é especialista em memória da afrodiáspora, a imigração forçada de negros do continente africano, e coordena o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira, composto de documentos relacionados à presença africana no Brasil.

O acervo digital foi crescendo e, com o apoio de outros, hoje é uma rede de museus afrodigitais em parceria com três universidades públicas, que colabora com instituições de países como Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e Angola, tendo ajudado na digitalização e conservação de seus acervos.

À Folha Borges fala sobre o racismo, que nunca vai acabar, a importância da autodeclaração e o papel de museus na memória coletiva.

No seu doutorado, a senhora estudou museus digitais da história negra no Brasil e em Chicago. Como é a memória nos dois casos?

Os usuários do museu americano sobre afrodiáspora evocavam uma memória de luta, de resistência; já os usuários brasileiros desses museus evocam a memória da dor. São duas construções muito diferentes. No Brasil há uma tendência a se fazer aquilo que eu chamo de musealização da dor, a gente patrimonializou a dor ao invés de patrimonializar a luta.

Por quê?

Nossas universidades ainda são profundamente eurocêntricas e coloniais (na Bahia, por exemplo, a maior parte dos museus é ligada a universidades), e os intelectuais que gestaram esses espaços ainda estavam comprometidos com uma mentalidade colonialista, com a ideia de que o museu não tinha compromisso com a resistência. O papel do museu, para essas pessoas, não era político. Isso vem mudando, mas nossas instituições de memória ainda têm um comprometimento maior com o retrato do passado do que em construir resistências, em fazer dos museus espaços de fricção, de disputa, em lugar de ser espaço de consenso sobre o passado atávico colonial.

O que pode ajudar nesse processo?

Não temos um projeto nacional de política patrimonial, mas, de alguma maneira, as pessoas estão se apropriando das ferramentas de memória. As tecnologias digitais trouxeram a possibilidade de que a fabricação da memória não esteja mais na mão de uma elite. Qualquer pessoa pode produzir sentidos sobre as memórias e produzir seus artefatos museais. É a

hora de baixarmos o tom desse discurso elitista que nosso pensamento museal ainda tem e nos aproximarmos das pessoas e entendermos como elas lidam com suas histórias e como podemos aproximá-las da história coletiva.

O momento que vivemos é fruto dessa dificuldade dos gestores. Quando uma política mais progressista tomou conta do país, nos afastamos das pessoas. Ofertamos políticas afirmativas e sociais, mas não dialogamos e não fomos capazes de fabricar sentidos para dizer: “O que você espera que aconteça daqui para frente?” Achamos que poderíamos ser porta-vozes das pessoas, foi um grande equívoco.

O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA foi o primeiro da América Latina dedicado ao assunto. Como está o cenário dos estudos da afrodiáspora no Brasil, 60 anos após a sua criação?

Tem melhorado desde a criação, em 2003, da Lei 10.639 [que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas]. Essa lei e a de cotas impactaram as universidades e praticamente todas as públicas têm um núcleo de estudos afro-brasileiros.

Mas, paradoxalmente, ainda há, institucionalmente, uma reação ao acesso e permanência de docentes negros. No departamento de educação da UFBA, onde dou aula, temos 50 professores, só 3 autodeclarados negros. [Levantamento de 2018 mostra que 2% dos professores da universidade são negros; na USP, 2,2%]

O museu e o centro sofreram com o contingenciamento imposto pelo Ministério da Educação?

Grande parte de nosso trabalho depende da existência de bolsistas, que tiveram suas bolsas cortadas. Ao mesmo tempo, o contingenciamento impôs restrições à aquisição de equipamentos e manutenção na infraestrutura do projeto. Também nosso programa de pós-graduação em estudos étnicos e africanos sofreu impacto com a redução da verba de um fundo chamado Proap (Programa de Apoio à Pós-Graduação), que impactará nas pesquisas de mestrado e doutorado já em curso, impedindo deslocamentos, participação

em eventos e produção do conhecimento. Uma lástima.

Neste ano, no Carnaval do Rio, a comissão de frente da Mangueira retirou os retratos de brancos tidos como heróis para contar a história de outros heróis. O questionamento sobre a história da abolição e a revisão do papel de figuras como princesa Isabel está crescendo?

É um movimento que se origina do crescimento do feminismo negro nas universidades e vai resultar na onda feminista negra. O feminismo negro hoje talvez seja o principal campo de forças no qual podemos nos organizar e ganhar espaço na luta. Em que pese o predomínio do patriarcado branco, há cada vez mais mulheres escrevendo e publicando. A interiorização das universidades teve grande impacto nisso. O feminismo negro tende a crescer.

E qual a diferença em celebrar o 13 de Maio e o 20 de Novembro?

O 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial que contou a história a partir de uma perspectiva, a dos vencedores, a de uma oligarquia e uma classe média branca que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição e pela libertação das populações escravizadas. O 20 de Novembro [data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares] é uma conquista das populações ex-escravizadas, uma conquista histórica dos movimentos negros. A ideia de pensar uma consciência negra é o entendimento de um referencial histórico, intelectual e político.

Frantz Fanon, no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, fala de uma consciência dupla; o entendimento de que o negro era escravizado, mas ao mesmo tempo a necessidade de sobrevivência impelia populações negras a intercursos ou certos jogos que tinham que ser feitos com os senhores coloniais. A necessidade de sobrevivência gerava o conflito dessa dupla consciência. Entender-se negro e escravo, mas, ao mesmo tempo, em certas circunstâncias, adotar o jogo do mestiço, do mulato, da crioulação.

A consciência negra é tomar consciência de quem nós somos, de nossa

história, de nosso espaço, do que significou a travessia transatlântica e o impacto dela.



Ato do movimento negro em 1988, na Bahia (Foto: Lázaro Roberto/Zumvi Arquivo Fotográfico)

Esse processo colabora para uma passagem da memória da dor para a memória da luta?

Sem dúvida. Os recentes trabalhos de pesquisa que tenho acompanhado estão preocupados em recuperar o protagonismo dessas figuras. Apostar em projetos que recuperem o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras é recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo.

Nós de fato passamos por um processo que deixou marcas profundas, a chamada chaga colonial, mas há uma história que tem sido reescrita por essas jovens mãos que estão buscando outras histórias de luta, em lugar de insistir na patrimonialização da dor.

Quão eurocêntricos ainda somos?

Muito. O fato de termos ainda essa mentalidade colonial e atrasada se revela, por exemplo, no ódio que se produziu nas redes sociais num momento em que parcelas das classes C e D ascenderam e começaram a entrar em espaços sacros da classe média branca. Vivemos o retorno do recalcado, o ódio, o ressentimento de uma elite que encontrou espaço para dizer que quer, deseja e anseia pela volta de uma sociedade assimétrica, desigual e escravocrata.

Como mexer nessa mentalidade racista?

A primeira medida já tomamos: falar disso. As políticas de ação afirmativa tiveram um papel importante ao assumir a ideia da autodeclaração. Tivemos problemas de fraude, mas, pela primeira vez, fomos obrigados a dizer quem somos de fato. Um país que se estruturou a partir do mito da democracia racial não queria se olhar no espelho.

O racismo não acaba com a abolição da escravidão, ganha uma nova roupagem. Ainda hoje jovens profissionais têm sido recusados em empregos quando se descobre que são negros. Isso não vai se resolver, porque isso não é um fenômeno que tem uma temporalidade, que possa se acabar em algum momento como por mágica. E, se não resolvemos o problema, temos que criar estratégias de enfrentamento, e elas são múltiplas, desde a criação de coletivos à de mecanismos para denúncia; o estatuto da igualdade racial; a possibilidade de criminalizar a injúria racial. Se nós queremos viver sob o princípio da legalidade, é nele que temos que encontrar os mecanismos de enfrentamento.

A jornalista viajou a convite do Festival Transatlântico de Fotografia

RAIO-X

Jamile Borges, 49

Pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Nascida em Salvador, é bacharel e doutora em antropologia e mestre em educação. Criou e coordena o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-Brasileira, museu digital em parceria

com a Biblioteca Nacional, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UFPE (federal de Pernambuco) e UFMA (do Maranhão). O acervo reúne fotografias, textos e arquivos de áudio relacionados à presença africana no Brasil

Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora

Sancionada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, a lei que aboliu a escravidão após mais de três séculos de trabalho forçado no Brasil “saiu muito curta, muito pequena, muito conservadora”, descreve Lilia Moritz Schwarcz.

[\(BBC Brasil, 10/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em entrevista à BBC Brasil, a historiadora diz que as consequências dessa virada de página abrupta, sem políticas para incluir os ex-escravos à sociedade, são sofridas até hoje.

“O que vemos hoje no país é uma recriação, uma reconstrução do racismo estrutural. Nós não somos só vítimas do passado. O que nós temos feito nesses 130 anos é não apenas dar continuidade, mas radicalizar o racismo estrutural”, considera Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da USP e autora, entre outros livros, de *O Espetáculo das Raças*, *As Barbas do Imperador*, *Racismo no Brasil* e *Brasil: uma biografia*.



Para historiadora, Lei Áurea 'saiu muito curtinha, muito pequena, muito conservadora' (Foto: Reprodução)

Como parte dos eventos para marcar os 130 anos da abolição, Schwarcz lança nesta sexta-feira (11/05) o *Dicionário da Escravidão e Liberdade - 50 textos críticos* (Companhia das Letras), em coautoria com o historiador Flávio dos Santos Gomes. Schwarcz é também cocuradora da exposição *Histórias Afro-Atlânticas*, que será aberta no Masp e no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, no fim de junho.

“Estamos politizando essa data e deixando bem claro que é preciso lembrar para não esquecer. Mas não é possível celebrar”, afirma.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista.



‘O Brasil foi o ultimo país do Ocidente a abolir a escravidão. Às vezes as pessoas falam que foi o último das Américas, mas não. De fato, era chamado na época de retardão’, diz Schwarcz (Foto: Museu Paulista/USP)

BBC Brasil - Na sua visão, nesses 130 anos desde a abolição, no que o país avançou e no que está parado?

Lilia Schwarcz - Não há motivo algum para celebrar. O Brasil foi o ultimo país do Ocidente a abolir a escravidão. Às vezes as pessoas falam que foi o último das Américas, mas não. De fato, era chamado na época de ‘retardão’. Tardou demais. As estatísticas oscilam, mas indicam que o país teria recebido entre 38% a 44% da quantidade absoluta de africanos obrigados a deixar o continente. E teve escravos em todo o seu território, diferente dos EUA, por exemplo, que no Sul tinha um modelo semelhante ao nosso, mas no norte tinha outro modelo econômico.

Quando veio a Lei Áurea, em 1888, ela saiu muito curtinha, muito pequena, muito conservadora. “Não há mais escravos no Brasil, revogam-se as posições em contrário”. Corria no plenário uma série de propostas, algumas ainda mais conservadoras, outras mais progressistas.



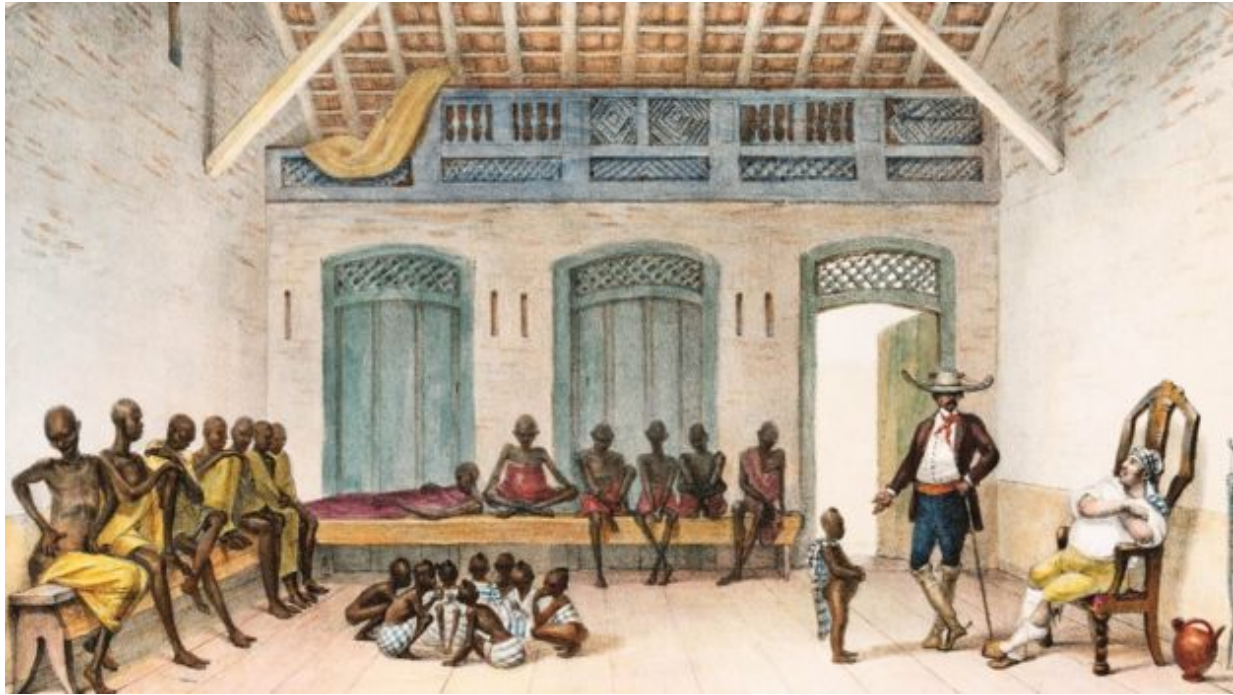
Lilia Moritz Schwarcz é professora do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Foto: Renato Parada/Divulgação)

BBC Brasil - Como esses grupos mais conservadores reagiram à abolição?

Lilia Schwarcz - A queda imediata do Império (é resultado da reação desses grupos). A Lei Áurea foi a lei mais popular do Império e a última. Como não se previram indenizações, os grandes produtores de café, até então vinculados ao Império, se bandearam para as fileiras dos republicanos.

A abolição foi um processo de luta da sociedade brasileira. Não foi uma lei. Não foi um presente da princesa (Isabel), como romanticamente se diz. Muitos setores de classe média e de profissionais liberais aderiram à causa abolicionista, que vira suprapartidária na década de 1880. É importante destacar sobretudo a atuação dos escravizados, dos negros, dos libertos, que pressionaram muito o tempo todo, seja por insurreições, seja por rebeliões coletivas, rebeliões individuais, suicídios, envenenamentos.

O que o Estado fez foi retardar a Lei Áurea a um tal limite que ela acabou custando a própria vida do Império no Brasil. Um ano e meio após a abolição da escravidão, o Império acabou.



Mercado da rua do Valongo, litografia a partir de aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1835 (Foto: Biblioteca Pública de Nova York)

BBC Brasil - Qual foi o simbolismo da lei no momento em que foi assinada?

Lilia Schwarcz - A assinatura do documento foi um ritual caprichadíssimo. Para se ter uma ideia, foram criados tipos novos para a composição da Lei Áurea. O pai do (escritor) Lima Barreto, João Henriques, participou de um grupo de tipógrafos que estavam emocionados com a lei, e compuseram tipos novos para o documento, assinado pela princesa com uma caneta valiosíssima. Todo o ritual teve muito apelo popular. A famosa foto da época (de uma multidão reunida do lado de fora do Paço Imperial, no Centro do Rio, para a assinatura da lei), mostra que a população compareceu, e é possível reconhecer bandeiras de irmandades negras que foram comemorar a abolição.

O ritual tinha tudo para encantar, e encantou. Tanto que mais tarde vimos a população liberta conformar a Guarda Negra, que era contra a República e a favor do Império. Hoje, muita gente pode achar isso uma grande contradição. Não é. Na época, a compreensão era que o Império tinha garantido o final da escravidão, e ninguém sabia o que viria com a República. Havia muito medo de projetos de reescravização. Estava tudo muito instável, nebuloso.

Hoje, sabemos que o ritual era parte da estratégia de dom Pedro 2º, que não estava no país, para garantir o Terceiro Reinado nas mãos de Isabel. A ideia era que a lei tornaria Isabel tão popular que impediria os projetos republicanos e garantiria a sucessão e manutenção do regime monárquico. O que não aconteceu. Mas o ritual foi realizado com grande pompa e circunstância, com o objetivo de fazer emocionar, e de fato emocionou.

BBC Brasil - Quais eram os principais vícios da lei?

Lilia Schwarcz - A lei simplesmente abolia. Dizia que a partir desta data não há mais escravos no Brasil. Ponto final.

A República, que viria um ano e meio depois, tentaria colocar uma pedra no tema da escravidão. Como se tivesse ficado morto no passado junto com o Império. Temos um hino da República, aquele que canta “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. E há uma estrofe que diz: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”. Ou seja, um ano e meio depois, (os republicanos) afirmavam não acreditar mais (que tivesse havido escravidão). Era um processo de amnésia nacional.



Vendedora de bananas em fotografia de Rodolpho Lindemann (Foto: Fundação Gregório de Mattos)

BBC Brasil - Quais foram as consequências imediatas desta abolição sem salvaguardas?

Lilia Schwarcz - O (momento) pós-emancipação não teve nenhuma preocupação com inclusão dessas populações (de ex-escravos). Eu me refiro a educação, saúde, habitação, todos os problemas estruturais.

Mas isso não quer dizer que a gente só deva culpar o passado. O que vemos hoje no país é uma recriação, uma reconstrução do racismo estrutural. Nós não somos só vítimas do passado. O que nós temos feito nesses 130 anos é

não apenas dar continuidade, mas radicalizar o racismo estrutural.

BBC Brasil - As gerações pós-Holocausto viveram o choque com a barbaridade e os horrores da Alemanha nazista. Você acha que no Brasil pós-escravidão houve um senso de choque posterior, uma percepção de que o país perpetrou barbaridades?

Lilia Schwarcz - Aqui no Brasil, não. Você teve essa percepção em outros lugares. E existem alguns memoriais espalhados pelo mundo que falam do que foi a escravidão, como o memorial da abolição em Nantes, na França.

No Brasil, qual foi o suposto? Que a escravidão era a lei. Era legal. E durante muito tempo foi naturalizada. A ideia da naturalização é terrível. Sempre se mostrou uma escravidão muito benéfica. Basta vermos as imagens que passam a ideia de uma escravidão ordeira, tranquila. Como se isso fosse possível, em um sistema que pressupõe a posse de um homem por outro.

Só muito recentemente é que foi se colocando em pauta a dimensão da chacina, e o fato de a escravidão mercantil da era moderna ter produzido a maior diáspora vista no mundo depois de Roma.



Augusto Gomes Leal com sua ama de leite Mônica, albúmen de João Ferreira Villela, de 1860 (Foto: Acervo Fundação Joaquim Nabuco/Min. da

Educação)

Até o movimento negro contestar a data de 13 de maio, a data era uma data cívica. Era celebrada. Era despolitizada. Atualmente, estamos politizando essa data e deixando bem claro que é preciso lembrar para não esquecer. Mas não é possível celebrar.

BBC Brasil - Ganha força um movimento de cobrança por essa dívida histórica?

Lilia Schwarcz - Eu penso que sim. O movimento internacional por cotas e políticas de ação afirmativa é uma tentativa de cobrar essa dívida histórica. Essa discussão começa no Brasil tarde, no fim dos anos 1970, e demora para pegar.

Os dados do censo vêm mostrando como o país é profundamente desigual. Quando comparamos marcadores sociais da diferença, como classe e raça, vemos que raça é sempre um agravante.

Estamos matando uma geração de negros e negras no Brasil. Sabemos que os negros têm menos acesso a educação. Têm menos acesso a saúde. Têm menos acesso a transporte. Morrem antes. São dados radicais que estamos recriando. Eu acho que ações desse tipo (as cotas raciais) são importantes porque há momentos em que é preciso desigualar para depois igualar. Não se pode falar em uma meritocracia universal num país tão desigual como o Brasil.

BBC Brasil - A eleição da Marielle Franco no Rio foi um exemplo da força que movimentos em prol da igualdade racial e de gênero vêm ganhando. Como você compara a força desses movimentos hoje com o que acontecia na sua juventude?

Lilia Schwarcz - A minha geração viu o crescimento dos direitos civis, do direito à diferença na universalidade, e se orgulhou muito dessas novas conquistas. Acho que, no Brasil e no mundo, nós acreditamos que essas conquistas democráticas estavam de alguma maneira asseguradas.

O que estamos vendo agora é um momento claro de crise e recessão

democrática, colocando em risco essas conquistas.

A morte da Marielle representa muito esse momento. Depois de 30 anos de conquistas democráticas, começamos a ver que direitos não são conquistados para sempre.

É absolutamente simbólico que sua morte tenha ocorrido bem no ano dos 130 anos da abolição. A Marielle usou das franjas do sistema. Ela se formou na Maré, entrou na PUC por política de cotas, fez valer o seu mérito, virou uma das vereadoras mais votadas no Rio por sua pauta de inclusão racial e de gênero. Sua morte ainda sem respostas é outro escândalo da nossa democracia.



Dama em liteira, carregada por escravos, e suas acompanhantes em aquarela de Carlos Julião do último quarto do século 18 (Foto: Fundação Biblioteca Nacional)

BBC Brasil - No livro *Brasil: Uma Biografia*, você e a historiadora Heloisa Starling dizem que o país é uma obra ainda em aberto, e questionam se conseguiria consolidar a república e a democracia. Recentemente, a perspectiva ficou mais pessimista?

Lilia Schwarcz - Quando terminamos o livro, estávamos encantadas, Heloisa e eu, com as passeatas de 2013, com as manifestações, com a ideia de um

Brasil mais plural, mais vigilante. Acho que todos ficamos. O que não notamos era que existiam dois grupos que desfilavam na avenida (nos protestos de 2013). Sabíamos, mas depois ficou mais claro. Um que queria esse Brasil diferente, mais plural, mais inclusivo, mais variado; e outro que também queria um Brasil diferente, mas que, de alguma maneira, estava colocando tudo na conta de Dilma Rousseff e de um partido. Um Brasil que queria não pluralidade, mas de fato eliminar o adversário.

Ideologias políticas à parte, acho que o impeachment da presidente Dilma abriu a tampa da democracia no Brasil e deu lugar para a política de ódios, de intolerância. A temperatura política acabou derretendo as nossas instituições. Quando escrevemos *Brasil: Uma Biografia*, Heloisa e eu dizíamos que a democracia estava forte porque as instituições estavam consolidadas, mas a república ia muito mal. Agora vemos que tanto a república como a democracia vão muito mal, com as instituições muito enfraquecidas e o descrédito da política e dos partidos. Vivemos um momento que pede muita vigilância.

BBC Brasil - Nessa atual conjuntura, como você vê o cenário para as eleições deste ano?

Lilia Schwarcz - Quem diz que sabe, mente. Não vejo nenhum sinal agora que permita comentar como vai ser a composição dos partidos, quem vai se apresentar de fato. Há muitos sinais para ficar em alerta. É preciso aguardar.



Negra tatuada vendendo caju, aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret (Foto: Museu Castro Maya/ Ibram/MinC)

Júlia Dias Carneiro

Boulos defende aborto no Roda Vida e diz que escravidão não foi superada

Líder do MTST e pré-candidato à presidência pelo PSOL, Boulos afirmou ainda que fará um plebiscito para revogar as reformas de Temer como sua primeira medida caso seja eleito.

[\(Revista Fórum, 07/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O líder do MTST e pré-candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos, afirmou em entrevista ao “Roda Viva” na noite desta segunda-feira (7) que “é preciso parar de ter medo de tratar o aborto como tema de saúde pública”.

A fala se deu em uma resposta à pergunta da historiadora Mariéla de Almeida, que questionou o candidato sobre políticas para negros, mulheres e LGBTs. Em sua fala, além de defender o aborto, Boulos disse que o Brasil “não superou a escravidão”.

“A média salarial dos negros e negras é metade da dos brancos. Isso é herança da escravidão. Quando se trata das mulheres negras é ainda mais grave. Nós vamos dar resposta a isso com políticas. No caso das mulheres, com políticas de defesa dos direitos, equiparação salarial. E direitos também no sentido de as mulheres decidirem sobre seu próprio corpo. É um tema que tem que ser colocado. Não temos que ter medo de tratar isso como saúde pública”, disse.

No primeiro bloco do programa, o líder do MTST afirmou que tomará como primeira medida de seu eventual governo um plebiscito que vai propor a revogação ou não das reformas encampadas pelo presidente Michel Temer.

Quando perguntado sobre o tema da moradia e das ocupações, Boulos foi direto: “Ninguém ocupa por que quer. O drama que leva a ocupação por moradia é a falta de alternativa entre pagar aluguel e colocar comida na boca. E tem mais casa sem gente que gente sem casa no Brasil, segundo o IBGE. É preciso criar uma outra lógica de cidade.”

Domésticas estrangeiras são mantidos em situação análoga à escravidão em São Paulo

O Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP) investiga um esquema de agenciamento de homens e mulheres imigrantes (vindos das Filipinas, do Chipre, de Hong Kong, de Dubai, de Cingapura e do Nepal) para

trabalho doméstico em residências de classe alta no Brasil.

[\(Agência Brasil, 01/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo o MPT, 180 pessoas foram trazidas para o país por intermédio das agências estrangeiras Global Talent e SDI. Essas empresas não foram localizadas pela reportagem para falar sobre o assunto. No Brasil, os imigrantes eram conduzidos, sem contrato formal de trabalho ou garantia de direitos, às famílias, que pagavam mais de R\$ 10 mil às agências.

Leia mais: [Domésticas das Filipinas são escravizadas em condomínio de luxo \(CartaCapital, 01/08/2017\)](#)

As investigações, iniciadas em 2014, mostram que os domésticos pagavam taxas superiores a US\$ 2,50 mil (R\$ 7 mil) às agências, com a promessa de trabalho no Brasil, recebimento de salário de R\$ 2,2 mil, benefícios como décimo terceiro e bônus de horas extras. Os valores, no entanto, não eram pagos.

Além disso, as condições de trabalho eram análogas à escravidão, com maus-tratos e jornadas exaustivas, das 6h às 20h todos os dias. Alguns trabalhadores tinham de ficar à disposição 24 horas por dia. As vítimas também permaneciam no Brasil sem documentos de identificação e de imigração.



Elas trabalhavam 16 horas por dia, em jornadas que ocupavam todo o período em que estavam acordadas (Foto: Reprodução)

Denúncia

A agência Global Talent, cujo nome anterior era Domésticas Internacionais CMIS Brasil, foi denunciada em 2014 por ligação anônima do Disque 100. Pela denúncia, o MPT descobriu que uma mulher vinda das Filipinas recebia valor bem abaixo da remuneração prometida e teve seus documentos retidos, além de ser ameaçada de deportação caso tentasse denunciar.

Na época, a Global Talent firmou termo de ajuste de conduta (TAC)

comprometendo-se a formalizar o contrato de trabalho de estrangeiros cuja mão de obra tivessem intermediado e a regularizar documentos dos trabalhadores, com obtenção de concessão de autorização de trabalho fornecida pelo Conselho Nacional de Imigração. Os domésticos teriam de receber o visto temporário ou permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Passados três anos, porém, a fiscalização do Ministério do Trabalho flagrou as mesmas irregularidades e as investigações foram reabertas. Três filipinas que fugiram das casas onde trabalhavam recorreram à Missão Paz, instituição que é referência na capital paulista em atendimento a refugiados, e formalizaram denúncia.

Fernanda Cruz; Edição: Nádia Franco

Trocar casa por trabalho doméstico: feminismo ou herança da escravidão?, por Debora Diniz

Mulher causa polêmica nas redes sociais ao anunciar trabalho de babá sem remuneração em troca de alimentação e moradia

[\(CartaCapital, 10/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O anúncio prometia “ótima oportunidade”. O título era ainda mais convidativo - “juntas somos mais fortes”.

A proposta oferecia um quarto para dormir à estudante que fosse cozinheira e faxineira. Havia ainda um rapazinho de bons modos para ser cuidado. Não

haveria salário, pois a criadora da proposta foi explícita - “não posso pagar uma babá registrada”.

Na verdade, ela queria uma [empregada doméstica](#) multiuso e a saída foi oferecer escambo: muito trabalho em troca de dormida. O “juntas” era só uma nova forma de descrever o que sempre foi o quarto de empregada na casa dos patrões - um resquício da [escravidão](#).

A idealizadora da proposta não se acanhou com as críticas; disse ser uma “proposta feminista”: maternidades compartilhadas, várias mulheres e seus filhos em uma mesma casa.

Seu sonho, inclusive, seria ir a programas de televisão para melhor se explicar e, quem sabe, transformar a ideia em iniciativa nacional.

Bem, este não era o tom do anúncio em que o convite era para mulheres com habilidades de cozinheira, faxineira e babá oferecerem seus serviços [em troca](#) de uma cama para dormir.

Se a proposta fosse mesmo feminista deveria constar os horários em que haveria rodízios nos serviços: se a estudante fosse também mãe, quem tomaria conta de seu filho para continuar os estudos? Como seria feito quando a estudante adoecesse? E os finais de semana? Há direito a visita íntima ou visitas de familiares?

Eu quero crer nas boas intenções da anunciante. Um projeto plural de maternidades pode ser interessante a um mundo em que as mulheres são chefes de família solitárias. Mas que tal iniciar com suas colegas de trabalho? Diz o anúncio que a idealizadora é uma designer paulista.

Certamente haverá mulheres de sua vizinhança, também mães sozinhas com filho, que aceitarão o projeto de convivência em troca de rodízios das atividades domésticas. Por que iniciar com alguém distante de sua classe social?

Há uma resposta, talvez inadvertida à idealizadora: porque quarto para dormir em troca de serviços domésticos é a [herança colonial do Brasil](#).

Foi assim que as mulheres brancas e da elite se fizeram mais fortes - em troca do trabalho servil e explorado de outras mulheres negras e nordestinas.

MPF veta encenação de escravidão em fazenda no interior do RJ

O Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda (RJ) celebrará, no próximo sábado (6), o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para pôr fim a encenação sobre a escravidão para turistas que acontecia na Fazenda Santa Eufrásia, localizada em Vassouras (RJ), bem como propor medidas reparatórias que serão adotadas para que o estabelecimento receba o selo “Fazenda sem Racismo”.

[\(UOL, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Vendido como “turístico”, o passeio viralizou nas redes sociais no final de 2016, quando uma reportagem do The Intercept Brasil falou sobre as simulações do período da escravidão realizadas nas instalações, que datam do início do século 19. Nelas, a proprietária, Elizabeth Dolson, se trajava como “sinhá” e comandava os empregados, que ficavam vestidos como escravos.

A situação foi objeto de investigação no MPF (Inquérito Civil Público nº 1.30.010.000001/2017-05) após a reportagem original. Na época, em entrevista ao UOL, Elizabeth negou que as encenações no passeio eram racistas e disse que os visitantes nunca reclamaram.

“É como um teatro. Não tem nada a ver com realidade. Ninguém é sinhá, ninguém é mucama aqui. A gente faz uma peça. Não tem nada de racismo. Tem mucamo branco, preto, gente de tudo quanto é cor. As pessoas veem as

minhas mucamas e tem uns que dizem ‘olha, gostei tanto que dei um trocadinho para elas’. Tem gente que antes de sair tira foto”, afirmou.

O inquérito apurou a violação de direitos fundamentais na programação turística da Fazenda Santa Eufrásia, bem como a possível violação ao patrimônio histórico, tendo em vista a sua finalidade de educação e reparação simbólica de violações de direitos perpetradas no local em tempos passados. No curso da investigação, foi confirmada a veracidade dos fatos relatados na reportagem.

Fim da encenação



Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras, interior do Rio de Janeiro

Imagem: Reprodução/Site oficial da Fazenda Santa Eufrásia.

O local é a única fazenda particular tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (Iphan-RJ), por conta de sua importância histórica, cultural e paisagística. No acordo que será celebrado, estão proibidas de ocorrer encenações ou a utilização de vestimentas por pessoas negras ou brancas que as caracterizem como “mucamas”, ordem que também se estende aos visitantes. As proibições valem tanto para o conteúdo divulgado no local quanto na internet (site e redes sociais da fazenda).

“Com isso, vamos contribuir para a superação da associação da imagem do negro ao ‘escravo’ em nossa sociedade e ainda esclarecer que africanos e seus descendentes foram escravizados e não ‘nasceram escravos’ e que ninguém ‘descende de escravos’, tratando-se de pessoas, de homens e mulheres, de seres humanos que foram criminosos e injustamente escravizados”, explica o procurador da República Julio José Araújo, em nota oficial.

Placas com nomes

Dentre outras obrigações, os responsáveis pela fazenda se comprometeram a custear e instalar na área externa à casa, no prazo máximo de 60 dias, em local de fácil acesso e de visita, duas placas: uma explicando a história do local e a outra com o nome dos 162 pessoas escravizadas no ano de 1880 na fazenda, como dever de memória e homenagem.

Outra medida será a confecção de 500 folhetos educativos sobre a história da comunidade cativa da Fazenda Santa Eufrásia, com divulgação do conteúdo também no site. Para assegurar que não haverá reincidência do episódio, a gestora e todas as pessoas responsáveis por receber visitantes deverão, no prazo de 60 dias, passar por processo de capacitação, com carga horária de 12 horas. Em caso de descumprimento do acordo, a multa diária prevista é de R\$ 5 mil.

‘É difícil olhar a escravidão, seja você branco ou negro’, diz vencedor do Pulitzer

Nenhum escritor americano se divertiu mais com coisas sérias do que Colson Whitehead, nos últimos 20 anos.

Se Ishmael Reed e Thomas Pynchon tivessem montado um grupo de teatro do absurdo, poderiam facilmente ter escolhido Colson Whitehead como nome. O grupo teria surgido em 1969, em Manhattan, ganhado força em Harvard e se desenvolvido na Redação do “Village Voice”, jornal no qual Whitehead foi crítico de TV por alguns anos.

[\(Folha de S.Paulo, 11/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Whitehead certa vez disse que gostava do emprego porque permitia que ele trabalhasse só quatro horas por semana. Nas outras 30, ele começou a escrever seu primeiro livro, “A Intuicionista”, uma paródia de história de detetive que é também uma brilhante evocação do conceito de avanço racial, em uma cidade parecida com Nova York, mas algo diferente.

Ao longo de sua carreira, Whitehead vem sendo o carrancudo poeta laureado da cidade onde vive. Contraposto à sua sequência de romances e ao humor absurdo que os ilumina em lampejos, há um segundo veio, no qual ele investiga e inverte os conceitos de raça e justiça racial.

O sexto romance de Whitehead, “The Underground Railroad”, é uma narrativa histórica sobre o que aconteceu e poderia ter acontecido na vida de uma adolescente chamada Cora, que foge de uma plantação na Geórgia. Ela corre de Estado a Estado, da Carolina do Norte até Indiana e além, sempre tentando escapar de Ridgeway, um caçador de recompensas.

O livro, que sai no Brasil no mês que vem pela HarperCollins, com o título “The Underground Railroad - Os caminhos para a liberdade”, é um best-seller nos EUA, tendo chegado ao primeiro posto na lista de mais vendidos do “New York Times” e recebido críticas altamente elogiosas.

Whitehead ganhou uma das “bolsas para gênios” da Fundação MacArthur e uma série de prêmios, além de ter sido finalista em outros tantos. Com “The Underground Railroad - Os caminhos para a liberdade”, ele conquistou dois dos maiores prêmios literários dos EUA, o National Book Award, em 2016 e, nesta segunda (10), o Pulitzer.

Esta entrevista foi editada a partir de uma conversa ocorrida no palco do Festival de Escritores de Vancouver, em novembro passado.

Folha - Você já disse que esse livro passou muito tempo germinando. Quanto? E por que você esperou para escrevê-lo?

Colson Whitehead - Eu estava terminando de escrever “John Henry Days”, no começo de 2000, quando encontrei uma referência à Ferrovia Subterrânea e lembrei de quando tinha ouvido falar sobre ela, na quarta série. Era um termo muito evocativo. Eu a imaginava literalmente como uma ferrovia sob a terra que os escravos podiam usar para fugir, até que na escola me explicaram como era.

Parecia servir como premissa para um romance, mas não havia muita história ali, e por isso acrescentei como complicador o ingrediente de que, cada Estado que o protagonista atravessa -na época o protagonista era homem-, Carolina do Sul, Carolina do Norte, representa uma possibilidade diferente para os EUA, meio que alternativa do que poderia ter existido. A ideia parecia muito boa, mas eu sabia que, se tentasse escrevê-la naquele momento, eu não teria conseguido, porque ainda não estava maduro o bastante.

Sempre tenho essas ideias e penso “isso é realmente bom; se eu fosse um escritor melhor, conseguiria colocar no papel”. E então tento me tornar um escritor melhor para fazer jus à ideia. Sempre que concluía um livro, eu voltava à ideia e tentava decidir se estava pronto. A resposta era sempre não, e por isso eu escrevia outro livro, até cerca de dois anos e meio atrás.

Eu tinha vendido um livro à minha editora, a trama já estava delineada. A ideia parecia boa, mas o conceito do livro me voltava o tempo todo à mente, e não comentei com minha mulher. Ela respondeu: “Não quero dizer que sua ideia de um romance sobre um escritor em Brooklyn vivendo uma crise de meia-idade seja idiota, mas esse livro sobre a Ferrovia Subterrânea parece muito bom”.

Você disse uma vez que Lila Mae, de “A Intuicionista”, também começou como homem e que fez do personagem uma mulher porque isso o assustava. Qual foi o motivo para fazer do narrador do novo romance uma mulher?

Acho que sempre me esforço para não me repetir demais. Sempre que escrevo alguma coisa, termino cansado do formato. É um modo de manter o

frescor das coisas para mim.

Eu tinha escrito três livros em seguida narrados por homens e, por isso, precisava mudar. Uma das primeiras narrativas de escravos que li na escola foi a de Harriet Jacobs -uma mulher que fugiu de seu dono e supostamente passou sete anos escondida em um sótão, antes de conseguir escapar da Carolina do Norte. Ela diz, no começo daquele livro, que, quando uma menina escrava chega à puberdade, começa o pior período para ela, porque se torna presa sexual do senhor de escravos, dos feitores, de outros escravos, e tem a obrigação de produzir bebês -quanto mais bebês, mais gente para colher algodão, e mais algodão queria dizer mais dinheiro. A menina era obrigada a produzir pessoas que pudessem se tornar máquinas de fazer dinheiro para o senhor de escravos.

Os terrores específicos de ser uma escrava pareciam merecer um estudo em ficção, e voltar àquela primeira inspiração me fez pensar: por que não uma protagonista mulher?

Em “John Henry Days”, “A Intuicionista” e no novo livro, você fala de como a questão racial está indelevelmente conectada à maquinaria do capitalismo. Fico imaginando se contar a história de Cora foi como que criar um antídoto para aquela maquinaria.

Todo mundo está aprisionado na máquina de diferentes maneiras. E há as pessoas que escapam, e essas são as pessoas na Ferrovia Subterrânea, como Cora -que alguém escape representa uma traição da ordem. É claramente assim que Ridgeway encara a situação. Se você permitir que muitas pessoas escapem, a sociedade escravocrata se dissolve.

Os escravos se rebelam de diferentes formas, seja cuspiendo na sopa do senhor, seja fugindo. O livro é sobre o grande e heroico gesto de escapar de um sistema, um ato de verdadeira bravura, que solapa as ideias sobre as quais aquela sociedade se ergueu.

Você começou a escrever o livro em 2014, ele saiu em 2016. Você escreveu muito rápido. Como é que o processo acontece? O que acontece depois que você delineia a história?

Preciso saber o começo e o fim, mas o meio pode estar indefinido. Creio que

o meu jeito nerd de pensar sobre isso é que encontrar as palavras certas a cada dia já é difícil o bastante; se você não sabe o que vai acontecer, a dificuldade dobra. A cada dia acordo e, por exemplo, descrevo o pai de Ridgeway, a ferraria. São duas páginas, um bom dia de trabalho. Descrevo Ridgeway, e como ele vai para Nova York, mais uma. Às vezes você só consegue produzir uma página, às vezes consegue fazer duas coisas diferentes. Mas me imponho uma tarefa.

Tento produzir oito páginas por semana. Hoje em dia, esse parece ser o ritmo de uma boa semana. Tenho que pegar as crianças na escola, e há dias menos produtivos, de vez em quando. Se tenho uma consulta médica às 13h, penso que nem vale a pena começar a escrever. Meço minha vida com base em quanto tempo vai demorar para que eu acabe a próxima coisa horrível que tenho de fazer. Um romance é uma dessas coisas. Estou oito páginas mais perto de terminar o trabalho. E depois tiro 18 meses de folga, para lecionar, promover meus livros ou seja lá o que for -ficar curtindo minha rabugice.

Certa vez, você disse: “não considero a história muito confiável. Há a história branca e a história negra”. Você ainda sente isso, após este livro?

Com sorte, o livro talvez possa ser um acesso para pessoas diferentes pensarem a história de maneira diferente. Não tenho um público em mente ao escrever. Estou só tentando resolver um problema meu, com esses livros.

Mas quanto a esse tema específico -escavidão e raça nos Estados Unidos-, sim, estamos todos implicados nisso. E creio que a estrutura do livro permita uma conversa diferente sobre a história.

A seção sobre a Carolina do Norte, por exemplo, foi inspirada por Harriet Jacobs. Quando as pessoas pensam sobre alguém que se esconde no sótão para escapar a um regime opressivo, pensam em Anne Frank. Como posso falar sobre a opressão dos negros em 1850, e sobre a supremacia branca em 1850, de modo que isso também fale sobre a supremacia branca nazista?

E agora não estamos falando apenas de escavidão, mas sobre toda forma de demonização do outro em épocas diferentes -como isso não muda. Há personagens brancos malévolos no livro, vilões negros, heróis negros.

Creio que, se a sua família já vivia nos Estados Unidos na época da escravidão, é difícil, como branco, contemplar o fato de que seu ta-ta-tataravô estuprou, torturou e abusou de pessoas para ganhar a vida e transferiu esse conhecimento aos filhos dele: “É assim que se ganha a vida”.

Se você é negro e está confortavelmente instalado na classe média, se representa a terceira geração de sua família a ter curso superior, se você “encontrou o sucesso”, de acordo com o padrão norte-americano para isso, de que forma deve contemplar a imensa brutalidade a que seus ancestrais foram submetidos?

A escravidão é difícil de contemplar, seja você negro ou branco. Acho que se esse livro, por causa da maneira pela qual manipulo a história, permite que as pessoas pensem diferente ou entendam diferente a nossa história compartilhada, então ele é bom.

JOHN FREEMAN
ESPECIAL PARA A FOLHA

JOHN FREEMAN é editor da revista “Freeman’s” e organizador da antologia “Tales of Two Cities” (Record).

Sou quilombola, por Flávia Oliveira

Parte das terras da Fazenda Soares, que pertencera a meu bisavô, o negro João de Deus Neves, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares

Um ano atrás, eu desembarquei na Bahia em busca de minhas origens familiares. Já me sabia descendente do povo balanta, da Guiné-Bissau. Faltava pisar a terra que pariu as três gerações de mulheres que me antecederam. Assim, chegamos eu e minha única filha, Isabela, a Salvador e,

três dias depois, a Cachoeira, cidade do Recôncavo Baiano que guardava histórias de minha mãe, de meus tios e tias, avós e bisavós maternos. Numa sucessão de supostas coincidências — pessoas de fé sabem que não foram obra do acaso, mas puro destino — encontramos certidões, documentos e endereços, ouvimos relatos de antigos vizinhos, velhos conhecidos e uma parente, até então, desconhecida. A dois dias do fim da semana de visita, a descoberta. Parte das terras da Fazenda Soares, que pertencera a meu bisavô, o negro João de Deus Neves, fora reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como a Comunidade Remanescente de Quilombo Tabuleiro da Vitória.

Por ascendência, sou quilombola.

[\(O Globo, 30/03/2017 - acesse em pdf\)](#)

A longa introdução é para dar a medida da emoção de ocupar o centro de uma roda de mulheres no quilombo Maria Joaquina, divisa entre Cabo Frio e Armação dos Búzios. A linhagem, que, trazida de África, se acostou na Bahia, veio dar no Rio de Janeiro, estado onde nasci e me reproduzi. Sábado passado, primeiro aniversário da visita a Cachoeira — outra falsa coincidência — fui à Região dos Lagos para a quinta oficina da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Foi o último capítulo de um roteiro de construção de protagonismo feminino, que passou pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Piauí e Ceará antes de alcançar o território fluminense.

Postas em círculo, cerca de 60 mulheres — e também uma dúzia de homens, um punhado de crianças — debateram com afeto e vigor acesso à terra, desigualdade de gênero, violência doméstica, extermínio de jovens negros, empreendedorismo, trabalho e renda. Em respeito à ancestralidade, pisei descalça na terra batida onde — soube ontem — ficava o Terreiro de São Jorge, Ogum no sincretismo, para falar sobre o impacto das reformas do Estado na população negra, mulheres, em particular. Como são maioria entre pobres, pouco escolarizados, moradores de habitação precária, desempregados, informais, pretos e pardos sofrerão mais com o arrocho orçamentário na saúde, na educação, na assistência social e com o endurecimento das regras de acesso à previdência e aos benefícios de

prestação continuada.

O Brasil tem 2.849 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, mas somente 86 já conseguiram título de propriedade do Incra; 82 estão na fase final do processo, com decreto de desapropriação pronto ou publicado no Diário Oficial da União. O Estado do Rio tem 34 áreas certificadas, três tituladas — Campinho da Independência (Paraty), Preto Forro (Cabo Frio) e Marambaia (Mangaratiba) — e duas na etapa derradeira — Santana (Quatis) e Cabral (Paraty). Outras quatro — Sacopã (Rio de Janeiro), Alto da Serra do Mar (Rio Claro e Angra dos Reis), São Benedito (São Fidélis) e Botafogo-Caveira (São Pedro da Aldeia) — têm portaria de demarcação territorial publicada e esperam a assinatura do decreto presidencial.

A luta dos quilombolas é por terra, direitos sociais, trabalho e renda. No quilombo Maria Joaquina, a comunidade quer recuperar o velho moinho de farinha, destruído pelo efeito do tempo e pelas fortes chuvas de 2016, para produzir tapioca, derivado mais valorizado da mandioca nos dias de hoje. Da vegetação do terreno, saem banana, carambola, abacate e noni, o fruto a que os antigos atribuem efeitos benéficos à saúde. Nenhuma fruta é vendida; são consumidas pela comunidade ou doadas aos vizinhos. Porque as comunidades quilombolas nasceram da luta pela liberdade, mas também das tradições culturais e religiosas, dos modelos tradicionais de produção, dos laços familiares e das redes de solidariedade do povo oprimido.

OAB-SE dá início à Comissão da Verdade sobre a Escravidão

Negra

A seccional sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil lançará oficialmente, na próxima segunda-feira (21/11) a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra. O evento será às 15h, na sede da OAB-SE, e dará posse ao presidente, conselheiro federal Kleber Rênisson, e à vice-presidente, a conselheira seccional Joyce Angeli.

[\(ConJur, 20/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O objetivo da comissão é fazer um resgate histórico do período escravocrata em Sergipe e propor políticas públicas compensatórias em reparação à população negra. “É uma ação proativa da OAB para o fim de contribuir no processo de formação social da consciência negra e combater o preconceito”, diz o presidente da seccional, Henri Clay Andrade.

A iniciativa já foi adotada em outros estados, como no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Espírito Santo, na Bahia, no Pará e no Rio Grande do Sul. O Conselho Federal da OAB criou em 2014 a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra

Consciência negra

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, neste domingo (20/10), o Conselho Federal declarou que a Ordem tem contribuído com o combate ao racismo e a discriminação.

Como “exemplos recentes de seu engajamento”, aponta a atuação da entidade em dois processos no Supremo Tribunal Federal: ingresso como *amicus curiae* na ADPF 186, que trata da constitucionalidade das políticas públicas de ação afirmativa na educação, e autoria da ADC 41, para garantir a constitucionalidade das cotas para negros na administração pública federal. *Com informações das Assessorias de Imprensa da OAB-SE e do Conselho Federal da OAB.*

O Brasil deveria mudar o modo como lida com a memória da escravidão?

Uma sala com peças de um navio que levava para o Brasil 500 mulheres, crianças e homens escravizados é a principal atração do novo museu sobre a história dos americanos negros, em Washington.

[\(BBC Brasil, 29/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Numa segunda-feira de outubro, era preciso passar 15 minutos na fila para entrar na sala com objetos do São José - Pacote de África, no subsolo do Museu de História e Cultura Afroamericana.

Inaugurado em setembro pelo Smithsonian Institution, o museu custou o equivalente a R\$ 1,7 bilhão e tornou o mais concorrido da capital americana: os ingressos estão esgotados até março de 2017.

Em 1794, o São José deixou a Ilha de Moçambique, no leste africano, carregado de pessoas que seriam vendidas como escravas em São Luís do Maranhão. A embarcação portuguesa naufragou na costa da África do Sul, e 223 cativos morreram.

Visitantes - em sua maioria negros americanos - caminhavam em silêncio pela sala que simula o porão de um navio negreiro, entre lastros de ferro do São José e algemas usadas em outras embarcações (um dos pares, com circunferência menor, era destinado a mulheres ou crianças).

“Tivemos 12 negros que se afogaram voluntariamente e outros que jejuaram até a morte, porque acreditam que quando morrem retornam a seu país e a seus amigos”, diz o capitão de outro navio, em relato afixado na parede.

Prova de existência

Expor peças de um navio negreiro era uma obsessão do diretor do museu, Lonnie Bunch. Em entrevista ao The Washington Post, ele disse ter rodado o mundo atrás dos objetos, “a única prova tangível de que essas pessoas realmente existiram”.

Destroços do São José foram descobertos em 1980, mas só entre 2010 e 2011 pesquisadores localizaram em Lisboa documentos que permitiram identificá-lo. Um acordo entre arqueólogos marinhos sul-africanos e o Smithsonian selou a vinda das peças para Washington.

Que o destino do São José fosse o Brasil não era coincidência, diz Luiz Felipe de Alencastro, professor emérito da Universidade de Paris Sorbonne e um dos maiores especialistas na história da escravidão transatlântica.

Ele afirma à BBC Brasil que fomos o paradeiro de 43% dos africanos escravizados enviados às Américas, enquanto os Estados Unidos acolheram apenas 0,5%.

Segundo um estudo da Universidade de Emory (EUA), ao longo da escravidão ingressaram nos portos brasileiros 4,8 milhões de africanos, a maior marca entre todos os países do hemisfério.

Esse contingente, oito vezes maior que o número de portugueses que entraram no Brasil até 1850, faz com que Alencastro costume dizer que o Brasil “não é um país de colonização europeia, mas africana e europeia”.

O fluxo de africanos também explica porque o Brasil é o país com mais afrodescendentes fora da África (segundo o IBGE, 53% dos brasileiros se consideram pretos ou pardos).

Por que, então, o Brasil não tem museus ou monumentos sobre a escravidão comparáveis ao novo museu afroamericano de Washington?

Apartheid e pilhagem da África

Para Alencastro, é preciso considerar as diferenças nas formas como Brasil e EUA lidaram com a escravidão e seus desdobramentos.

Ele diz que, nos EUA, houve uma maior exploração de negros nascidos no

país, o que acabaria resultando numa “forma radical de racismo legal, de apartheid”.

Até a década de 1960, em partes do EUA, vigoravam leis que segregavam negros e brancos em espaços públicos, ônibus, banheiros e restaurantes. Até 1967, casamentos inter-raciais eram ilegais em alguns Estados americanos.

No Brasil, Alencastro diz que a escravidão “se concentrou muito mais na exploração dos africanos e na pilhagem da África”, embora os brasileiros evitem assumir responsabilidade por esses processos.

Ele afirma que muitos no país culpam os portugueses pela escravidão, mas que brasileiros tiveram um papel central na expansão do tráfico de escravos no Atlântico.

Alencastro conta que o reino do Congo, no oeste da África, foi derrubado em 1665 em batalha ordenada pelo governo da então capitania da Paraíba.

“O pelotão de frente das tropas era formado por mulatos pernambucanos que foram barbarizar na África e derrubar um reino independente”, ele diz.

Vizinha ao Congo, Angola também foi invadida por milicianos do Brasil e passou vários anos sob o domínio de brasileiros, que a tornaram o principal ponto de partida de escravos destinados ao país.

“Essas histórias são muito ocultadas e não aparecem no Brasil”, ele afirma.

Reparações históricas

Para a brasileira Ana Lucia Araújo, professora da Howard University, em Washington, “o Brasil ainda está muito atrás dos EUA” na forma como trata a história da escravidão.

“Aqui (nos EUA) se reconhece que o dinheiro feito nas costas dos escravos ajudou a construir o país, enquanto, no Brasil, há uma negação disso”, ela diz.

Autora de vários estudos sobre a escravidão nas Américas, Araújo afirma que até a ditadura (1964-1985) era forte no Brasil a “ideologia da democracia racial”, segundo a qual brancos e negros conviviam harmonicamente no país.

São recentes no Brasil políticas para atenuar os efeitos da escravidão, como cotas para negros em universidades públicas e a demarcação de territórios quilombolas.

Ela diz que ainda poucos museus no Brasil abordam a escravidão, “e, quando o fazem, se referem à população afrobrasileira de maneira negativa, inferiorizante”.

Segundo a professora, um dos poucos espaços a celebrar a cultura e a história afrobrasileira é o Museu Afro Brasil, em São Paulo, mas a instituição deve sua existência principalmente à iniciativa pessoal de seu fundador, o artista plástico Emanuel Araújo.

E só nos últimos anos o Rio de Janeiro passou a discutir o que fazer com o Cais do Valongo, maior porto receptor de escravos do mundo. Mantido por voluntários por vários anos, o local se tornou neste ano candidato ao posto de Patrimônio da Humanidade na Unesco.

Para a professora, museus e monumentos sobre a escravidão “não melhoram as vidas das pessoas, mas promovem um tipo de reparação simbólica ao fazer com que a história dessas populações seja reconhecida no espaço público”.

Visibilidade e representação

Para o jornalista e pesquisador moçambicano Rogério Ba-Senga, a escravidão e outros pontos da história entre Brasil e África têm pouca visibilidade no país, porque “no Brasil os brancos ainda têm o monopólio da representação social dos negros”.

“Há muitos negros pensando e pesquisando a cultura negra no Brasil, mas o centro decisório ainda é branco”, diz Ba-Senga, que mora em São Paulo desde 2003.

Para ele, o cenário mudará quando negros forem mais numerosos na mídia brasileira - “para que ponham esses assuntos em pauta” - e nos órgãos públicos.

Para Alencastro, mesmo que o Estado brasileiro evite tratar da escravidão, o

tema virá à tona por iniciativa de outros grupos.

“Nações africanas que foram pilhadas se tornaram independentes. Há nesses países pessoas estudando o tema e uma imigração potencialmente crescente de africanos para o Brasil”, ele diz.

Em outra frente, o professor afirma que movimentos brasileiros em periferias e grupos quilombolas pressionam para que os assuntos ganhem espaço.

“Há hoje uma desconexão entre a academia e o debate no movimento popular, mas logo, logo tudo vai se juntar, até porque a maioria da população brasileira é afrodescendente. Os negros são maioria aqui.”

João Fellet